**O Instituto Internacional de Agricultura e a Sociedade das Nações: perspectivas sobre os contributos das Organizações Internacionais em prol da «Crise Mundial do Trigo» no pós-Grande Guerra**

1. **Introdução**

O aparecimento do Instituto Internacional de Agricultura (IIA) através do monarca italiano Victor Emanuel III, em 1905, visou incrementar as relações entre os Estados com uma matriz arreigada à agricultura, ou aqueles que mesmo assim se juntaram à iniciativa do norte-americano David Lubin (1849-1919) que apresentara o seu projecto a rei de Itália; referimo-nos, assim, aos Estados signatários que se tornaram Estados-membros da Organização Internacional que D. Luiz de Castro (1868-1928) – Agrónomo e Lente do Instituto de Agronomia Veterinária – percepcionou como o primeiro grande passo em direcção ao nascimento da «Sociedade de Nações», conotada como o espaço de relacionamento entre os Estados com vista ao aferimento de problemas comuns e de iniciativas renovadas em torno dos dilemas mundiais subjecentes à matriz do Instituto: pretende isto significar que D. Luiz de Castro fazia uma leitura, na época, sobre a nova Organização de Roma, marcadamente benfazeja relativamente às noções que haveriam de florescer diametralmente opostas, em alguns casos, sobre o espectro de Genebra – a casa da Sociedade das Nações (SDN) –, desarticulado para muitos e decisor da nova «ordem internacional» nascida em Versalhes em 1919, para outros tantos; não obstante, o seu legado para as Instituições que naquele vindouro se seguiriam. Certo é que os trabalhos empreendidos entre o Instituto Internacional de Agricultura e a Sociedade de Nações primaram por proximidade e diálogo: se as publicações de Genebra são provas disso, nessas, os contributos do IIA, não ficam pela rama. De resto, não será de perdemos de vista a obra publicada em 1932, «A Sociedade das Nações e o Crédito Agrícola Internacional» de António Maria Godinho, onde se destaca a «depressão» que se abateu sobre «toda a produção agrícola», servindo 1923 como marco temporal do agravamento (Godinho, 1932: 8) que resulta em pano de fundo desta investigação.

O presente trabalho resulta do tratamento do acervo documental da Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações à guarda do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, no qual se verifica a existência de um número amplo de documentos relacionados com os problemas económicos internacionais, sobretudo, aqueles que respeitavam ao Velho Continente. A documentação encontrada no respectivo fundo reflecte as várias tentativas da SDN, a Organização Internacional para a *paz* criada no pós-I Guerra Mundial, para resolver a crise económica que se agravava desde o início da década de 1920, especialmente, sob o mundo rural. A análise que apresentamos, constitui-se parte da nossa tese de mestrado, «A Sociedade das Nações: Europa, Portugal e Agricultura» (2019), retomando-se a abordagem do trabalho então desenvolvido e ampliando-se as lógicas em torno da crise mundial que atravessou a agricultura no pós-Grande Guerra, mormente a crise que grassou ao trigo. Por outro lado, a documentação existente no Arquivo da SDN à guarda da ONU e disponível online, assim como a imprensa internacional da época, constituem-se fontes importantes na análise que desenvolvemos.

Em 1910, D. Luiz de Castro, relativamente à criação do Instituto Internacional de Agricultura (1905-1948), afiançara a concepção da «Sociedade das Nações» personificada no referido Instituto e que tivemos oportunidade de referir nas primeiras linhas deste texto. Repare-se que o Autor seguia de perto o pensamento de Léon Bourgeois (1851-1925) (Castro, 1910: 14) – primeiro-ministro francês entre 1895 e 1896, tendo exercido a Presidência do Conselho da SDN nos primeiros anos de funcionamento da Liga –: «A sociedade das nações está criada. Está bem viva» (Castro, 1910: 14); a esta ideia assomava-se a realidade europeia que, na senda de Pierre Léon, continuava a perfilhar uma estrutura eminentemente agrícola em termos económicos e sociais, acentuando-se as diferenças relativas às sociedades industrializadas: embora a primeira ainda manifestamente arreigada na maioria dos países europeus e com especial enfoque nos casos do sul da Europa, o fosso entre as duas realidades constituía-se premissa central para promoção da guerra e/ou da paz (Léon, 1982: 5) no imediato período antecedente a 1914.

Já no pós-guerra, as assimetrias conheciam um novo acentuar das suas realidades: realçava-se, simultaneamente, a crise na agricultura europeia e mundial, o que significava o extrapolar da questão se anteriormente cingida apenas sobre o Velho Continente europeu: o eixo Genebra-Roma intensificava-se, assim, numa procura incessante de respostas para este dilema e, por isso, o nosso trabalho debruçasse sobre as seguintes questões como ponto de partida: de que modo se concretizou a cooperação entre a Sociedade das Nações e o Instituto Internacional de Agricultura? Terá sido uma cooperação efectiva ou, pelo contrário, uma cooperação teórica? Como podemos percepcionar a crise agrícola no período Entre guerras mundiais, no âmbito das soluções apontadas? Quais os trabalhos empreendidos, e quais as respostas almejadas à crise que grassava a agricultura internacional e condenava a paz do pós-Grande Guerra? Sobre a «crise mundial do trigo», que entendimento podemos fazer em torno da questão? E de que modo foi esta crise tratada e divulgada, nomeadamente, na imprensa internacional?

A partir das questões, pretendemos desenvolver o nosso trabalho identificando causas e efeitos relacionados com os procedimentos adoptados entre as Instituições no pós-guerra, momento em que passamos a ter uma parceria entre uma Instituição do pré-Grande Guerra e uma Organização Internacional nascida na senda da conflagração mundial de 1914.

**2. Estado da Arte: algumas notas**

Os estudos publicados em contexto nacional, relativamente às relações de Portugal com a Sociedade das Nações, se parecem sofrer alguma resistência e, tendencialmente, recorrem à lógica do fracasso da SDN, certo é que a Liga das Nações, enquanto Organização Internacional, deixou uma herança substancial, nomeadamente à ONU, a qual merece destaque, tal qual nos é possível constatar pelo acervo documental de Genebra disponível *online*, salvaguardando-se o seu carácter inédito e a importância de não ser esquecido. Por outro lado, constitui-se amplo campo de trabalho, os desígnios portugueses em torno do Instituto Internacional de Agricultura, desde a sua origem até ao términus do seu funcionamento, e transladação do seu legado para a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations ou Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura). Nesta sequência, e de acordo com o estado da arte em torno da relação portuguesa com a Organização de Genebra, ressalvamos os trabalhos que nesta investigação foram importantes: os estudos de Cristina Pacheco, «Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930» (Pacheco, 1999: ) e «Portugal e o Memorandum Briand: análise da proposta de uma federação europeia no contexto da Sociedade das Nações 1929-1932» (Pacheco, 2004: 189-212), nos quais a Autora evidencia de maneira substancial o papel ocupado por Portugal em Genebra, assim como os problemas inerentes ao *Memorandum Briand*, apresentado na senda da crise que se descobria em finais de 1929 e que aqui nos importa. José Medeiros Ferreira com a obra, «A República Corrigida e Aumentada» (2015), apresentou-nos uma visão basilar na abrangência deste escopo (Ferreira, 2015: 149-184); já Teresa Gomes Branco, em 2013, com o seu trabalho, «A participação portuguesa na Sociedade das Nações (1920-1939): representantes nacionais e funcionários internacionais» ofereceu-nos um panorama amplo relativo aos enviados portugueses e à organização da própria SDN (Branco, 2013: 17-24).

Por seu turno, os trabalhos de Filipe Ribeiro de Meneses, «A paz e o Tratado de Versalhes» (Meneses, 2009) e «A Grande Guerra de Afonso Costa» (Meneses, 2015), salientam os efeitos produzidos pela guerra no contexto português e o impacto causado pelas negociações da paz e desígnios políticos da I República Portuguesa, merecem relevo, intensificando a ideia dos problemas encontrados na relação entre paz, guerra e neutralidade no tumulto político experienciado na época, em Portugal. Os trabalhos «O ideário republicano de Ezequiel de Campos 1900-1919» (Nunes, 2011) e «Na Senda da Paz: Portugal, Europa e Multilateralismo» (Nunes, 2019: 127-146) de Teresa Nunes, acentuam a inquietação manifestada no panorama nacional durante e após a Grande Guerra; a Autora demonstrou os problemas subjacentes à escassez de produções naquele contexto e as leituras de Autores que insistiam na valorização agrícola e «na perda de capacidade industrial portuguesa», esgotando-se os recursos geradores de enriquecimento nacional, no período correspondente (Nunes, 2011: 729). Nesta linha, a ideia «de uma guerra tornada interminável pela natureza da paz negociada entre os vencedores e os vencidos», acalentada pela Autora, serve-nos de ponto de partida na presente análise, não obstante a ruptura imposta pela I Guerra Mundial sob o signo da mudança nas estruturas industriais (Nunes, 2019: 139), minando ainda mais o dilema entre as sociedades agrícolas e as sociedades industriais, tal qual António Maria Godinho recuperou na sua análise dada à estampa em 1932 (Godinho, 1932).

Sobre as questões relativas à agricultura europeia e mundial, tratadas no âmago da SDN e do IIA, e na senda do nosso objecto de estudo, inserem-se também os trabalhos de Federico Giovanni, «Not guilty? Agriculture in the 1920s and the Great Depression» (Federico, 2005) e «The Growth of World Agricultural Production, 1800-1938» (Federico, 2015), nos quais o Autor analisa escrupulosamente os contrastes agrícolas originados desde Oitocentos até à Grande Depressão de 1929 e vésperas da II Guerra Mundial, estabelecendo o diálogo com os trabalhos de Pierre Léon, com especial foco para a «História Económica e Social do Mundo – Guerras e Crises 1914-1947» (Léon, 1982), onde o Autor evidencia os problemas e dissabores causados pela Grande Guerra no tecido das sociedades e economias à escala global: oferecendo-nos, ainda, Avner Offer, no seu trabalho «The First World War – An Agrarian Interpretation» (Offer, 1989) uma análise profunda da economia agrária no seu crescimento relativo ao período antecedente à I Guerra Mundial (Offer, 1989: 2), que nos importa reter.

Já o estudo de John Kenneth Galbraith, «Crise Económica de 1929: anatomia de uma catástrofe financeira» (Galbraith, 1972), um clássico na interpretação do *crash* bolsista, revela-se-nos pertinente, traçando o Autor as origens da Grande Depressão, esta que poria Genebra – a casa da SDN – ao rubro, esforçando-se por soluções, nomeadamente, na esfera do Crédito Agrícola Internacional. O trabalho de Sacuntala de Miranda, «Portugal: O círculo vicioso da dependência (1890-1939)» (Miranda, [s. d.]), a Autora esclarece de forma inequívoca «(…) os violentos desequilíbrios gerados pela guerra e pelo armistício» (Miranda, [s. d.]: 153), revestindo-se de um parecer primordial nesta investigação.

De igual modo, a bibliografia internacional oferece-nos amplos contributos em torno das questões relacionadas com o mundo agrícola no período Entre guerras; tivemos oportunidade de elencar alguns anteriormente, ressalvando-se, agora, a obra «War, Agriculture, and Food: Rural Europe from the 1930s to the 1950s», onde Giovanni Federico desenvolve sobre as interrupções que a partir da década de 1930 a agricultura europeia enfrentou, mormente, no seu crescimento, fruto das políticas económicas desencadeadas no período e na senda do *crash* de 1929 (Federico, 2012: 25-28). Porém, relativamente ao Instituto Internacional de Agricultura, o estudo de Federico D´Onofrio, «Agricultural numbers: the statistics of the International Institute of Agriculture in the Interwar period», publicado pela *Agricultural History Review*, em 2017, no qual o Autor estabelece um eixo de diálogo entre a SDN e o IIA, na esteira das conferências de 1922 e de 1927, e as diferenças complementares dos trabalhos de ambas as Organizações Internacionais na década em causa, merece especial destaque nesta análise. Outros estudos granjeiam revelo em torno do problema, como o trabalho de Giovanni Federico, «Feeding The World An Economic History Of Agriculture, 1800-2000» (2009), no qual o Autor afere os dilemas subsistentes à agricultura naquele período, permitindo-nos percepcionar a natureza das suas transformações e necessidades de discussão destas matérias nas Organizações Internacionais.

**3. Perspectivas portuguesas sobre o IIA e a SDN: dos primórdios ao desfecho**

Fundado na capital italiana, a 7 de Junho de 1905, o IIA, tal qual Federico D’Onofrio apontou, apenas a partir de 1909 «became fully functional» (D’Onofrio, 2017: 279), tendo contado na sua convenção de origem com 41 Estados (Castro, 1910: 14). Na primeira Assembleia Geral do Instituto, realizada em 1908, 48 Estados assinalaram a sua presença (Castro, 1910: 14), demonstrando a importância da Instituto no âmago das relações intraestatais. Sublinhamos que Portugal constou entre os Estados signatários, a saber: a Itália, o Montenegro, a Rússia, a República Argentina, a Roménia, a Sérvia, a Bélgica, El Salvador, os Estados Unidos do México, o Luxemburgo, a Suíça, a Pérsia, o Japão, o Equador, a Bulgária, a Dinamarca, a Espanha, a França, a Suécia, os Países Baixos, o Grécia, o Uruguai, a Alemanha, Cuba, a Áustria-Hungria, a Noruega, o Egipto, a Grã-Bretanha e a Irlanda, o Guatemala, a Etiópia, a Nicarágua, os Estados Unidos da América, o Brasil, a Costa Rica, o Chile, o Peru, a China, o Paraguai e a Turquia (International Institute of Agriculture, 1905: 439-440).

Neste processo de início efectivo das suas funções, o Instituto foi alvo de visões como a do agrónomo português, D. Luiz de Castro, que não deixou de enfatizar, na conferência proferida em finais de Abril de 1910, a relevância do mesmo com especial incidência no seu contributo em prol dos povos latinos: lembrou a herança romana, particularmente, na agricultura (Castro, 1910: 6). O parecer de Castro recaía no associativismo que estaria na base do *Ressurgimento* da Lombardia, do Piemonte e Ligúria, no espaço político italiano, fenómeno que seria «obra dos bancos e das caixas ruraes» (Castro, 1910: 8). D. Luiz de Castro observava o modelo do monarca italiano, Victor Emanuel III (1869-1947), que tentara «uma associação agrária das nações do mundo» (Castro, 1910: 11). Na sua linha, Maggiorino Ferraris (1856-1929) – economista e político italiano – fizera proposta relativa ao «(…) estabelecimento pelo Estado de Uniões semelhantes, obrigatórias, em cada provincia», residindo o seu intuito na organização de «uma gigantesca cooperativa nacional que abrangesse todos os agricultores e provesse á maior parte das suas necessidades», por via de «fornecimento de sementes, adubos, machinas e gados»; esta «cooperativa nacional», assim denominada por Castro, deveria desempenhar o papel de factor coadjuvante na propaganda de instrução e de aperfeiçoamento das práticas agrícolas, sem causar prejuízo para as «cathedras ambulantes» (Castro, 1910: 12). D. Luiz de Castro destacou a ideia do «fabrico cooperativo de vinho, manteiga, queijo, azeite» e o papel a desempenhar pelos bancos para concessão de empréstimos agrícolas: assim, aludia à revolução agrícola iniciada em Itália, com paralelo na Dinamarca e na Irlanda, proporcionando a exportação de manteiga e de queijo por via do antigo império romano (Castro, 1910: 12). Esta era uma leitura pré-I Guerra Mundial de um autor do ponto mais a Ocidente do Velho Continente, que entendia o «progresso» a que aquelas regiões italianas estavam votadas, volvendo-se entre aquilo que percepcionava no imediato, e a crença de que as restantes nações latinas viessem a perfilar o modelo sugerido, emanado da América como «o fundamento do Instituto Internacional de Agricultura» (Castro, 1910: 12).

Repare-se que o pensamento do agrónomo português deslindava, no início do século XX, o nascimento de um Instituto que, destinado à agricultura, era interpretado como o resultado da tendência de associativismo incrementada desde a centúria anterior (Castro, 1910: 13). E, para Castro, a sua criação equiparava-se à prolepse da SDN, a qual criada no pós-I Guerra Mundial (Carvalho, 2019); a leitura do agrónomo rebuscou tanto no significado, quanto no projecto. E, na linha de Federico D’Onofrio, a SDN, envolta em experts «who were mostrly drawm from the British Empire», transparecia a ideia de «unanimity around issues that were highly controversial at the time», nomeadamente, em matéria económica como deveria ser a agricultura posicionada «after the devastation of the First World War» (D’Onofrio, 2017: 277).

Nesta senda, não será de estranharmos que Castro se volvesse sobre o «preambulo da convenção para o regulamento pacifico dos conflictos internacionais de 18 de outubro de 1907», no qual «os 44 Estados signatários reconhecem a solidariedade que une os membros da sociedade das nações civilizadas» (Castro, 1910: 14), e acrescentava que bastaria «aplicar esta formula, pela primeira vez adoptada entre nações, ao Instituto de Roma», designadamente «(…) depois da palavra ‘sociedade’ o termo ‘economica’ ou mesmo, restringindo mais, substituir ‘economica’ por ‘agricola’» (Castro, 1910: 14): para o agrónomo e lente português, as ideias estabeleciam similitude no «plano», destacando-se como próprias do século que se estreava (Castro, 1910: 14). Esta lógica era apresentada antes do eclodir da I Guerra Mundial e nela subsiste uma perspectiva a que chamemos de visionária sobre o momento que se seguiria ao conflito que era, nesse período, já auscultado.

Certo é que se constituía interesse do IIA, a apresentação das estatísticas agrícolas entre os Estados-membros da Organização, de modo que as mesmas estivessem «á disposição do publico mundial», possibilitando o conhecimento real dos preços dos produtos agrícolas e da sua existência no mercado na justaposição sobre «’(…) as condições reaes da oferta’» (Castro, 1910: 15-16). Era uma iniciativa que, em 1910, mereceu rasgados elogios por parte do lente português: a estatística permitia que as nações e os indivíduos determinassem as suas preferências em matéria económica, particularmente, naquilo que respeitava às produções e D. Luiz de Castro afiançava que a existência de um trabalho estatístico, contribuía de modo efectivo para a apreciação das colheitas que não eram assim «sacrificadas á ignorância» (Castro, 1910: 19). Este trabalho estatístico acompanhado dos «reports of the IIA» que no pós-guerra se encontraram veiculados também à SDN, constituiu-se num fenómeno que permitiu a percepção da «emergence of a global vision of the world agricultural economy», de acordo com Federico D’Onofrio, que defendeu que durante os anos vinte e trinta do século XX, o IIA «tried to give voice to agrarianist ideas» por meio de uma cooperação com a SDN, a que Autor completou com referência à competição existente entre as Instituições em causa e, de modo idêntico, com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (D’Onofrio, 2017: 278), levando a que o IIA procura-se integrar-se e servir de complemento substancial ao trabalho promovido em Genebra.

Foi este o contexto designado de «’agrarianist moment’» que D’Onofrio apontou, o qual serviu de impulso para que o mundo rural visse as suas perspectivas introduzidas nas conferências económicas a partir do desfecho da Grande Guerra, «bringing the point of view of agriculturalists» para esses espaços de debate internacional (D’Onofrio, 2017: 279). Importa, por isso, percepcionarmos que no âmago na OIT existia uma «Commission consultative mixte agricole», que estudava «26 questions diferentes» que merecem destaque, de modo a compreendermos a dinâmica Roma-Genebra então surgida: nesta Comissão Consultiva, enveredava-se pela «enseignement agricole» (1º); pelo estudo da «coopération ouvrière dans le domaine agricole» (2º); sobre a «prévention de l’infection charbonneuse parmi les troupeaux» (3º); relativamente à «utilisation des loisirs ouvriers» (4º); estudava-se a «détermination des príncipes féneraux pour l’inspection du travail» (5º); a «egalité de traitement des travailleurs nationaux et étrangers victimes d’accidents du travail» (6º); as «relations entre les coopératives de production et les consommateurs» (7º); o «commerce des produits agricoles» (8º); a «création de jardins ouvriers» (9º); o «plan d’une enquête sur les caracteres et les résultats des recentes législations agraires» (10º); a «collaboration documentaire entre les deux institutions en matière d’émigration» (11º); o «méthode permettant de rendre plus efficace la collaboration des experts» (12º); estudava-se, simultaneamente, a «reforme agraire» (13º) e a «coopération agricole» (14º); a «parte de coût de la main-d’ouvre dans de coût de la production» (15º) e a «durée du travail dans l’agriculture» (16º); a «organisation scientifique du travail agricole» (17º) e o fenómeno do «exode rural» (18º), ao mesmo tempo que se equacionava a necessidade de criação de «habitations rurales» (19º); a «propagande par le cinéma rural» (20º), como elemento crucial na transformação a que estas questões deveriam corresponder; estudava-se a publicação de um «annuaire international des organisations agricoles» (21º); indicia-se sobre os «salaires agricoles» (22º) e as «répercussions de la crise agricole» vivenciada na época, «sur les conditions de vie et de travail des ouvriers agricoles» (23º); a criação do «crédit agricole international» (24º) e de uma «radio agricole» (25º); a «suppression des bureaux de placement payants dans l’agriculture» (26º) (La vie du Parti, 1935: 254), que impossibilitavam o rendimento indispensável ao trabalhador rural. Deste modo, a realidade do fenómeno agrário que transtornava, individualmente, cada Estado que se via a braços com este intricado «plan mondiale» (La vie du Parti, 1935: 254) era explicitado pelos artigos que compunham os trabalhos da Comissão da OIT e que resultavam num dilema para o IIA, como D’Onofrio observou.

Retomemos: Lubin, agricultor californiano, responsável pela ideia da criação do IIA, correspondera-se com D. Luiz de Castro; a este dizia, entre outros aspectos, que a dificuldade da propagação da «ideia do Instituto em Portugal», não era «motivo para surpresa», uma vez que «até no Instituto» de Roma se encontravam esses dilemas:

«Eis no que a gente portugueza deve reflectir; só esse pequeno numero de grandes paizes productores estão hoje ao corrente dos factos respeitantes á oferta dos produtos agrícolas, factos que determinam o preço mundial d’essas mercadorias. Mas logo que nosso Instituto tome pé e viva, todos os paizes aderentes, tanto os pequenos como os grandes, serão colocados ao mesmo nível de igualdade no que respeita o conhecimento d’estes factos importantes» (Castro, 1910: 20).

Perante o fascínio exercido pelo norte-americano sob o agrónomo português, este não se escusava a explicitar a forma pela qual Lubin conseguira convencer Victor Emanuel III, com o objectivo de fazer instalar o IIA na capital italiana: o argumento recaía na premissa corrente, recorrendo da «tradição mantida pela raça»; na visão de Castro, o parentesco entre o monarca italiano e D. Manuel II (1889-1932) – último rei luso –, munia conveniência naquilo que respeitava ao caso português (Castro, 1910: 23): o monarca italiano, na linha de Castro, observava a utilidade do IIA, enquanto alheio «a qualquer fim político» (Castro, 1910: 23-24); centrava-se no estudo da agricultura dos diferentes países «tornando conhecidas periodicamente a quantidade e qualidade das colheitas» mundiais e a rentabilização do comércio (Castro, 1910: 23-24). O Instituto almejava o câmbio de informações através de um acordo prévio e comum, com as repartições nacionais dos seus Estados-membros, sobre «condições da mão d’obra agricola em toda a parte, de forma que os emigrantes encontrassem um guia útil e seguro» (Castro, 1910: 23-24), ocupando-se, similarmente, das doenças das plantas e dos animais para prevenção de devastações e escassez de produtos nos mercados, origem do encarecimento dos mesmos. Todavia, realce deve ser dado ao prisma de Victor Emanuel, no que respeitava à cooperação rural com recurso a seguros e ao sistema de crédito agrário, atendendo-se ao artigo 10.º da Convenção (Câmara, 1949: 161).

A conferência inaugural do IIA, ocorrida a 28 de Maio de 1905, permitiu a divulgação da «Carta Fundamental do Instituto» no dia 7 de Junho; esta, segundo António Pereira de Sousa da Câmara (1901-1971) – engenheiro agrónomo e silvicultor português – fundamentava-se nos princípios aprovados naquela reunião: o artigo 2.º respeitava à composição do Instituto pelo envio de delegações dos respectivos Estados-membros, assim como a organização de uma Assembleia Geral que dirigia os assuntos da Organização e a existência de um órgão executivo das decisões emanadas desta, a saber, o Comité Permanente (Câmara, 1949: 161). Sobre este ponto, D. Luiz de Castro evidenciava o antagonismo relativo à ideia de Lubin: «o caracter de agremiação de classe sob a forma de camara internacional de agricultura composta de representantes de associações agrícolas», havia-se constituído uma tese arremessada pela maioria dos Estados-membros da Organização, se a Comissão tivesse proposto, na linha do artigo 2.º da Convenção que «o Instituto Internacional de Agricultura é uma instituição d’Estado, na qual cada Potencia aderente será representada por delegados de sua escolha» (Castro, 1910: 28).

Em 1927, o IIA contava com os seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica (Congo belga), Brasil, Bulgária, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Egipto, Equador, Espanha, Estónia, Estados-Unidos (Hawai, Ilhas Filipinas e Porto Rico), Etiópia, Finlândia, França (África Ocidental francesa, Argélia, Indochina, Madagáscar, Marrocos e Regência de Tunis), Grã-Bretanha e Irlanda Setentrional (Austrália, Canadá, Índia britânica, Estado Livre da Irlanda, Nova Zelândia e União da África do Sul), Grécia, Guatemala, Haiti, Hungria, Itália (Cirenaica, Eritreia, Somália italiana e Tripolitânia), Japão, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, México, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Países Baixos (Índias holandesas), Perú, Pérsia, Polónia, Portugal, Roménia, Reino dos Sérvios, dos Croatas e dos Eslovacos, Rússia (U.R.S.S.), S. Marino, Sião, Suécia, Suíça, Checoslováquia, Turquia, Uruguai e Venezuela (Câmara, 1949: 162-163); segundo António Pereira de Sousa da Câmara (Câmara, 1949: 163), o Instituto agrupava no seu âmago 92% da população mundial, contando com as colónias se reuniam em torno do mesmo fazendo aumentar a percentagem para 97,8% (Carvalho, 2019: 174).

Entre 1908 – data da 1.ª Assembleia Geral do Instituto – e Outubro de 1930 – 25.º aniversário da referida Organização –, dez Assembleias Gerais haviam sido concretizadas; sendo o período de interrupção das Assembleias assinalado entre Maio de 1913 e Novembro de 1920, nesta última data quando ocorreu a 5.ª Assembleia Geral, na linha de António da Câmara (Câmara, 1949: 164) e, no período correspondente às interrupções, atendendo ao conflito internacional que se desenrolava, não será de esquecermos os problemas que o IIA enfrentou na obtenção de dados que lhe permitissem formular as suas estatísticas (D’Onofrio, 2017: 279; Federico, 2009: 191), uma vez que essas mesmas informações foram tidas como «war secrets», tal qual D’Onofrio apontou no caso italiano (D’Onofrio, 2017: 279).

Note-se que na Assembleia Geral do IIA, a totalidade dos votos concedidos a cada Estado-membro correspondia ao grupo que integravam, contabilizando-se, em função disso, a cota: existiam cinco grupos e Portugal integrava o 4.º, possuindo, dessa feita, dois votos na Assembleia Geral. Convém, similarmente, destacarmos as diferentes secções existentes no Instituto de Agricultura: o Secretariado Geral, a Estatística Geral, as Informações agrícolas e os Estudos Económicos e Sociais, aos quais se acrescentavam órgãos consultivos, a saber, o Conselho Internacional Científico do Instituto, a Comissão para a Agronomia Colonial, Exótica e Tropical, a Comissão para a Biologia e Bioquímica vegetal, a Comissão para a Cooperação Agrícola, a Comissão para o Crédito e Seguranças Agrícolas, a Comissão para a Economia Rural, a Comissão para o Embelezamento da Vida Agrícola, a Comissão para os Fertilizantes, a Comissão para a Genética e as Sementes, a Comissão para a Engenharia Rural e Mecânica Agrícola, a Comissão para a Higiene Rural, a Comissão para as Indústrias Agrícolas dos Produtos Vegetais, a Comissão para as Indústrias Agrícolas dos Produtos Animais, a Comissão para as Indústrias Agrícolas do Leite, a Comissão para as Doenças e Inimigos das Plantas, nomeadamente, a Secção Mosca da Azeitona, a Secção Parasitas do Algodão e a Secção dos Grilos. Mas também, a Comissão para a Meteorologia e Ecologia Agrícolas, a Comissão para a Ciência do Sol, a Comissão para a Silvicultura e Arboricultura (Secção Variedades da Oliveira), a Comissão de Estatística Agrícola, a Comissão para a Zoologia e a Comissão para a Organização Científica do Trabalho Agrícola (Câmara, 1949: 168).

No pós- I Guerra Mundial o IIA deixava de ser a única Organização com a finalidade da manutenção da paz económica: a criação da SDN e da OIT, vieram confundir com o Instituto algumas das suas competências. Porém, a Convenção de Junho de 1905, não foi tocada pela «nova ordem internacional» decorrente da paz de Versalhes de 1919 (Diário do Governo, 1921: 352-353) e, essa nova dinâmica que surgia no pós-guerra, intersectava as duas Organizações Internacionais – o IIA e a SDN – os quais passaram a congregar esforços, sendo que as Assembleias da SDN concretizadas em Londres em 1919 e em Paris, em 1920, constituíram-se nas primeiras cooperações nesse mesmo âmbito (Câmara, 1949: 169), não obstante os ensejos da SDN em matéria de «neutrality of statistical facts» que se relacionava desde os preços agrícolas nos mercados, às questões do crédito agrícola (D’Onofrio, 2017: 279). De resto, em 1922, na Conferência de Génova, que contou com a participação do IIA, da OIT e da SDN, e que foi realizada com a finalidade de «relaunch the economies of the war victors by reintegrating the Soviet Union», recolocando a Alemanha no espaço económico internacional (D’Onofrio, 2017: 281), de onde nunca chegou a sair atendendo-se à realidade fundacional do pós-guerra, certo é, que o desfecho desta Conferência que atribuiu à SDN o papel central no estudo da economia mundial, inclusive sobre as estatísticas (D’Onofrio, 2017: 282), não a deixou isolada nesta tarefa. E, como D’Onofrio repara, constituiu-se no início da sua «painful cooperation», absorvendo a SDN o trabalho do Instituto de Roma, no «League’s *Statistical Yearbook*», no qual os dados fornecidos pelos Estados-membros dos IIA eram reportados (D’Onofrio, 2017: 282).

Por outro lado, na Conferência de Genebra de 1927, o IIA encontrou-se reforçado quer pelas exigências em torno da SDN, quando o ambiente económico entrava num novo episódio com a crise financeira de 1929 à porta, quer pelo auxílio do Governo italiano ao IIA (D’Onofrio, 2017: 283). Repare-se que se a «’European periphery’ (Poland, Hungary, Bulgaria, Romania, and Greece)», se confrontava com os países industrializados «of north-western Europe and their protectionist policies» (D’Onofrio, 2017: 285), o mesmo equivalia a um confronto estreito em Genebra que colocava as Organizações Internacionais a lidar com o constante sintoma de *crise* surgido mesmo antes do desfecho da guerra e que tendia a eternizar-se à chegada da década de 1930 com a Grande Depressão. António Maria Godinho – licenciado em Ciências Económicas e Financeiras e, assistente da Universidade Técnica de Lisboa, em 1932 –, notou que o «êxodo rural», com a guerra de 1914, se agravara, sendo caracterizada como efémera a «relativa prosperidade» de 1919 (Godinho, 1932: 7); a partir de 1930, as Conferências de Varsóvia, de Belgrado e de Bucarest, impulsionadas pela crise que grassava a economia nas *Europas* Central e de Leste, tendo como objectivo aproximar estes Estados, não deixaram de equivaler a um bálsamo que tardava, na lógica do Autor (Godinho, 1932: 8). E seria nesta sequência de acontecimentos que o Crédito Agrícola Internacional iria adquirir contornos entre Roma e Genebra: na 7ª Sessão da Comissão Agrícola da OIT, supramencionada, em Maio de 1935, tratou-se de distintos aspectos, mas inclusive e oportunamente, da questão do crédito agrícola, uma vez que a Conferência Internacional do Trigo, em 1931, havia destacado a necessidade da sua criação (La vie du Parti, 1935: 254-255). Posto isto, o IIA enveredou pela «constitution d’une Banque International de Crédit Agricole, au capital de 15 millions de francs-or suisses», não obstante o capital suplementar que resultaria das «obligations à court terme à concurrence d’un montante égal à dix fois le capital initial»; os Institutos de Crédito de cada país financiariam os agricultores nesse prazo, mas as dificuldades decorrentes do panorama internacional, impossibilitavam, tal qual a imprensa reportava, um avanço inequívoco dos projectos, nesta matéria (La vie du Parti, 1935: 255). Repare-se que a questão do crédito agrícola vinha na senda do pensamento relativo a uma união dos europeus, ocupando a respectiva comissão desta matéria na SDN: quando a Conferência Preparatória, para a realização da II Conferência Mundial do Trigo teve lugar, tendo sido o crédito agrícola internacional a curto e médio prazos equacionado, foi a mesma Conferência Preparatória que atribuiu incumbência ao Instituto Internacional de Agricultura para se continuar a debruçar sobre o estudo do primeiro crédito, mas mais do que isso, «de s’efforcer de généraliser l’organisation» do referido financiamento (Résolution adoptée par la Conférence Préparatoire de la 2ème Conférence mondiale du Blé, 1931: 2-3).

**4. Da crise da agricultura europeia ao Crédito Agrícola Internacional: a «crise mundial do trigo» entre as *crises* do pós-guerra**

Relativamente às repercussões na agricultura, Autores como Giovanni Federico sublinham como factores elementares de desequilíbrio, no pós Primeira Guerra Mundial, as exigências relativas ao consumo de produtos agrícolas, os quais pouco tinham aumentado apesar do moroso desenvolvimento demográfico da Europa no período em causa, quando comparado com o intervalo que lhe antecedeu (Federico, 2005: 4-5), não obstante, na linha do Autor, os países extra-europeus terem assistido a um impulso na sua agricultura no que atendeu à técnica empregue, desenvolvendo-se métodos mecanizados, na esteira do alargamento das áreas de cultivo, factor que se relacionou de modo intrínseco com o capital existente (Federico, 2005: 5). Federico, destacou ainda no seu trabalho, o fenómeno indutor de superprodução cerealífera na Europa, o qual visível na acumulação de *stocks* que era similarmente determinado pela concessão de créditos a curto prazo ou com o aumento das reivindicações por bens alimentares que determinavam um efectivo declínio das áreas produtivas «before the outbreak of the Depression» (Federico, 2005: 5); iniciava-se, assim, um período caracterizado pela «’structural deflation’» que desalentava os agricultores, os quais inseridos na economia atlântica (Federico, 2005: 5). É sobre este fenómeno que incidiremos, perspectivando-se que o último ano da década de 1920 e os anos 30, foram severamente marcados pela Grande Depressão. Neste contexto, «the farmers were forced to liquidate stocks», sendo a redução dos preços caracterizada pela rapidez da ocorrência e, na linha de Giovanni Federico, a superprodução agrícola e a acumulação de *stocks* originaram uma manifesta vulnerabilidade no cômputo geral dos preços das produções, afectados pela instabilidade monetária e pela fragilidade do sistema financeiro internacional (Federico, 2005: 5). Posto isto, será interessante o reparo de que o comércio mundial da década de 1920 encontrava-se 10% mais elevado do que no início de Novecentos: todavia, entre os anos de 1928 e 1929 (Federico, 2005: 7), registou-se uma quebra significativa no que respeitava às trocas comerciais da América Latina e, na maioria dos países do Velho Continente, ao mesmo tempo que se registava um crescimento efectivo no Canadá, na Austrália e nos EUA; a natureza deste cenário identificava-se com uma mudança inequívoca relativa às tendências verificadas no pré-guerra (Federico, 2005: 9).

Na linha de Federico, o Memorandum de 1938-1939 da Sociedade das Nações sobre a actividade agrícola no final da década de 1920 e o respectivo aumento de produção de 11,3%, dificilmente seria compaginável com a realidade descrita, na medida em que os índices respeitavam a produções específicas, nomeadamente, os cereais, as fibras, os têxteis e os produtos tropicais «which happened to be the most subject to the (alleged) overproduction» (Federico, 2005: 9). Contudo, no que concernia ao açúcar e ao trigo, a SDN expunha valores em crescendo para o mesmo período, qual informação refutada pelo Autor, entre 1922 e 1928: os stocks mundiais de trigo aumentaram somente 14,7%, o que significava quase menos 4% dos valores patenteados nos índices de produção antecedentes ao período da Grande Guerra, correspondente desde 1890 a 1913 (Federico, 2005: 10); já em 1929 verificava-se um aumento de 24,5% posteriormente ao armazenamento de stocks, o qual «remained around a quarter of output throughout the 1930s» (Federico, 2005: 10).

Este problema persistente para a SDN, constituiu-se até 1925 em manifestos «obstáculos monetários, financeiros e políticos», os quais «assinalaram uma reconstrução [mundial] difícil» (Léon, 1982: 131), na linha de Pierre Léon: a nova ordem internacional sob égide dos Estados Unidos, apresentava alterações inequívocas no funcionamento e equilíbrio das trocas comerciais efectuadas entre os países (Léon, 1982: 131); na esteira de Pierre Léon, dezoito meses após a Grande Guerra, os preços mundiais tornavam-se expressivos da fragilidade das trocas comerciais: os Estados, devido à recessão de 1920 e 1921, digladiavam-se «pela primeira vez nos seus próprios recursos e no seu mercado interno» (Léon, 1982: 132). Desta feita, Léon observou a baixa dos preços agrícolas, os quais «anormalmente empolados pela guerra», estiveram na origem das crescentes desordens da agricultura (Léon, 1982: 132).

Sublinhamos que no final da década de 1920 e no início da década seguinte, as inquietações relativas ao sector agrícola eram sintomáticas nas reuniões da SDN: entre 14 e 19 de Maio de 1928 realizou-se, em Genebra, a primeira Sessão do Comité Consultivo Económico, estabelecido pela Assembleia e pelo Conselho da SDN, em nos últimos quatros meses de 1927 (24 e 27 de Setembro e 9 de Dezembro) (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 5). Destacamos que, no relatório as condições da produção na Europa eram observadas na linha do crescimento que se fazia sentir moroso até 1925, o que resultava no inverso do ocorrido em outros continentes. Dois anos depois, destacam-se as assimetrias europeias no que respeitava à economia do Velho Continente: o aumento verificava-se mais rápido na Europa Central e na Europa de Leste, sendo mais difícil no Ocidente Europeu (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 5); posto isto, o crescimento da produção na Europa Central subordinava-se ao capital estrangeiro, sinónimo do aumento da dívida europeia (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 6).

Acrescente-se, na linha do documento apontado, as áreas agrícolas europeias tendiam a aumentar, sendo que em 1927 haviam alcançado semelhante nível ao período correspondente ao pré-guerra (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 6). Não deixava, por isso de enfatizar a disparidade dos preços relativos aos produtos agrícolas e ao custo dos materiais de produção. Mais do que isso, a agricultura padecia de investimento de capitais a longo termo (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 6). Deste modo, a Conferência realizada em Genebra entre 14 e 19 de Maio de 1928, estimou os problemas da agricultura na linha do necessário estreitamento de laços entre os diferentes organismos dedicados à agricultura: assim, o intuito da SDN concernia à determinação de meios de cooperação entre estes. Notemos que estas orientações foram defendidas pelo governo italiano que se revelou favorável ao reforço da parceira entre a Liga das Nações e o Instituto Internacional de Agricultura. O Executivo do Instituto não deixava de se mostrar esperançoso de que o Presidente fosse informado em tempo prévio de modo a estabelecer a colaboração necessária à resolução das questões que assolavam o panorama agrícola (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 18).

No segundo semestre de 1929, a questão mundial do açúcar centrava-se em Genebra (Vasconcelos, 1937): a primeira conferência sobre a produção açucareira iniciava-se, sendo que em Maio de 1928, o Comité Consultivo Económico havia aconselhado o Conselho da SDN na prossecução de um estudo sobre para determinar os factores que afectavam, então, o comércio internacional açucareiro (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 5). Observe-se que o relatório realçava as alterações que se manifestavam no panorama mundial sobre a referida produção que, caracterizando-se pela diminuição do género obtido através da beterraba, manifestava o acréscimo do mesmo a partir da cana sacarina (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 7). A Tchecoslováquia, a Alemanha e a Polónia constituíam-se os principais exportadores europeus de açúcar, sendo a Bélgica e a Hungria produtores secundários e a URSS era, similarmente, um centro de exportação do açúcar de beterraba (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 7). Assim, a produção açucareira enfrentava medidas de protecção dos governos, os quais eram extensíveis às colónias e domínios, com direitos aduaneiros acima dos 9 dólares, evidenciando-se os casos espanhol e turco (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 13) e aconselhando os *experts*, à substituição da beterraba sacarina pela forrageira, por nabos ou por outro produto mais rentável. Porém, era tese contestada por outros especialistas: cada cultura possuía um valor intrínseco definido como mais-valia para o agricultor. Equacionavam, por isso, a concessão de subsídios para substituição da cultura de beterraba por outra, caso o rendimento se mantivesse inferior ao obtido em outros produtos (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 14). Os especialistas na produção de beterraba eram representantes da Alemanha, da Bélgica, da França, da Grã-Bretanha, da Itália, dos Países Baixos, da Polónia, da Roménia, do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, e da Tchecoslováquia, sendo que o IIA designou o Professor Dorph Peterson – director da estação de ensaios de sementes do estado dinamarquês e presidente da Associação Internacional de ensaios em sementes de Copenhaga – e Ivan Serban de Vojla, secretário geral da Câmara Nacional Húngara de Agricultura em Budapeste (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 31-32). As soluções equacionadas estimavam um acordo internacional entre os principais produtores ou entre os países exportadores (Rapport du Comité Consultatif Économique, 1928: 15).

Por seu turno, outras crises não ficariam pela rama do desassossego e, a 7 de Novembro de 1931, o *Diário de Notícias* publicava um artigo intitulado «A Crise Mundial do Trigo» (Diário de Notícias, [s. d.]): o artigo incidia nos *stocks* cerealíferos acumulados na Europa Oriental e nos problemas que futuramente seriam associados aos excessos da produção cerealífera (Diário de Notícias, [s. d.]). Incidia nas deliberações da Conferência realizada em Paris, sob a presidência de Aristide Briand (1862-1932) e, referia que a produção excedentária de trigo resultava do nacionalismo económico com reflexos na circulação desigual dos produtos nos mercados europeus. Aristide Briand advogava desta forma a necessidade de supressão das barreiras aduaneiras que forçavam «o exportador a embaratecer os seus preços na proporção da elevação dos seus direitos». Contudo, outra causa era apurada na senda da superprodução do trigo (Diário de Notícias, [s. d.]): no pré-guerra, a Europa semeava cerca de 9,5 milhões de hectares, colhendo em média 370 milhões de quintais, sendo que no pós-guerra, cerca de 24 milhões de hectares eram o total disponível. Já nos anos de 1928 e 1929, «a área de cultura de trigo excedia ligeiramente a área cultivada antes da guerra» (Diário de Notícias, [s. d.]).

O *Diário de Notícias* asseverava, no início dos anos 30, que no período da guerra, a Europa ficara sujeita ao exterior para obter «o pão nosso de cada dia», sendo que em 1925 o preço do trigo excedeu o valor do ano de 1913; tal realidade mostrava-se reflexiva no desenvolvimento de novas áreas de cultura nas Américas e na Austrália, enquanto a Europa tardava a restabelecer a sua capacidade produtora de outrora. Sublinhamos que as origens da superprodução residiam deste modo, no procedimento das agriculturas extra-europeias, sendo que o DN alertava serem as barreiras aduaneiras da Europa, entraves à produção excessiva, a qual recebia comparticipação da Rússia, na linha do periódico (Diário de Notícias, [s. d.]). No *L’Agriculteur – Organe de l’Union des Syndicats Agricoles et de la Confédération Générale des Agriculteurs*, a política em torno do trigo mereceu destaque à entrada de 1930, afiançando-se, a propósito da superprodução, a sua indispensabilidade «à la vie d’une nation» (L’Agriculteur, 1933: 1), quando as medidas proteccionistas eram observadas em estádio gradativo, condizentes com os nacionalismos económicos. Cerca de um ano mais tarde, em França, escrevia-se que «le problème du blé comande tout les autres», atendendo-se ao facto de que, como nesse território, em outros também, a agricultura ocupava «plus ou moins directement la moitié de la population» (Bulletin de la Société d’économie politique, 1934: 120).

O texto produzido posicionava os franceses diante do fenómeno mundial do aumento da produção do trigo, enquanto «les victimes plutôt que les artisans» com a justificativa da guerra de 1914 que havia arredado países produtores dos mercados mundiais, como a Rússia ou «les pays danubiens», vindo os EUA, ou o Canádá ou a Argentina, ou a Austrália, a ocupar «leur place» (Bulletin de la Société d’économie politique, 1934: 120-121), que o *La vie du Parti* destacava como produção do trigo, essencial aos primeiros, constituindo-se num problema internacional «comme d’autres» relativos à superprodução, era «mais plus que beaucoup d’autres», tendo sido particularmente apreciado na Conferência Monetária e Económica de Londres em 1933, na qual os «pricipaux pays exportateurs de blé» haviam assinado um acordo que permitia controlar tanto a produção como a exportação do alimento (1º); permitia, também, limitar as «quantités exportées proyenant de la récole 1933-1943» (2º); e, aos países importadores, incidia sobre o consumo e relativamente ao «abaissement des barrières douanières élevées» (La vie du Parti – Supplément du «Populaire», 1935: 253-254).

Mas voltemos atrás: no dia 7 de Março de 1931, a Comissão de Estudos para a União Europeia – criada no âmbito do projecto patrocinado por Aristide Briand, de uma União Europeia *prematura*, na senda dos problemas económicos que grassavam o Velho Continente ainda antes do *crash* bolsista de 1929 –, criada na SDN, comunicava ao Conselho e Membros da Organização Internacional que a solução inerente ao problema cerealífero comprometia a formação de uma entente (Comunicado ao Conselho e aos Membros da SDN, 1931: 3); assim, uma conferência do IIA realizar-se-ia a 26 de Março, com o intuito de se encontrarem as soluções: vantagens aduaneiras para a Europa Central e Oriental, medidas para escoamento regular do excesso cerealífero e a consecutiva melhoria das condições de venda, eram equacionados (Comunicado ao Conselho e aos Membros da SDN, 1931: 3). Por outro lado, estas medidas deveriam ser socorridas de outras: ou seja, as medidas bancárias eram similarmente pensadas no que respeitava à sua aplicação na transação dos cereais. Sublinhamos que a crise afectara distintamente os Estados da Europa Central e Oriental, que viam as suas receitas diminuir de forma drástica, porque assentavam as suas economias no «produto das suas exportações agrícolas»; incapazes de escoarem para o estrangeiro, viam-se a braços com o respectivo incumprimento das suas dívidas externas (Comunicado ao Conselho e aos Membros da SDN, 1931: 3); assim, na linha de Pierre Milza, os seus Executivos encontraram-se na contingência do recurso a moratórias e do controlo efectivo das trocas, de modo a travar a declaração de bancarrotas imediatas (Milza, 2007: 130).

Desta feita, o Comité de Estudos para a União Europeia, não parecia indiferente às solicitações dos importadores sobre a adaptação de trigos danubianos às preferências de moagem dos seus países, requerendo, assim, estatísticas aos compradores de trigos; esta actuação valia o aumento das transações e, simultaneamente, dos preços originando a criação de um instituto internacional de crédito agrícola, promovido nas apreensões do Comité (Comunicado ao Conselho e aos Membros da SDN, 1931: 3). No dia 16 de Maio de 1931, a SDN publicava um *Memorandum* francês respeitante à crise europeia (SDN, 1931): residindo o problema no escoamento dos cereais dos países da Europa Central e Oriental, o governo francês pretendia uma efectiva união de exportadores e um projecto de crédito internacional agrícola (SDN, 1931). O Executivo francês esperava que o Instituto Hipotecário Agrícola, iniciasse a sua actividade no Outono de 1931, quando a Comissão de Estudos e o Conselho da SDN aprovassem a instituição (SDN, 1931). A ideia residia no sistema de preferência agrícola: no entendimento do governo francês, os malefícios económicos originados sobre as populações da Europa Central e Oriental, eram o reflexo da insuficiência dos custos aplicados aos importadores, devendo, assim, existir um regime de preferência europeia para os trigos da Europa Central e Oriental (SDN, 1931).

A 22 de Maio de 1931, realizava-se a 63.ª Sessão do Conselho da SDN: debatia-se a questão do crédito agrícola (Processo Verbal 50.ª Sessão, 1931). Foi nomeado pelo Conselho um Comité de Organização para se criar a Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola. A 22 de Maio, a SDN comunicava ao Conselho, as resoluções adoptadas na 3.ª sessão da Comissão de Estudos para a União Europeia, no domínio do escoamento futuro dos excedentes cerealíferos: salientamos a pretensão do contacto com os Estados extra-europeus, exportadores de trigo, e que haviam participado nas Conferências de Roma e de Londres (Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d’Etude pour l’Union Européenne, 1931: 3). A Comissão era já conhecedora da posição expressa pelo IIA, sobre o organismo internacional de Crédito Agrícola a curto termo (Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d’Etude pour l’Union Européenne, 1931: 3), tendo procurado resolver os problemas inerentes às produções e trocas comerciais, através das negociações tarifárias e do desenvolvimento de ententes económicas internacionais e a respectiva aplicação dos princípios da Convenção Comercial de 24 de Março de 1930 (Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d’Etude pour l’Union Européenne, 1931: 5). Uma comissão de peritos económicos foi convocada a 24 de Junho, de modo a incentivar a colaboração dos seus Executivos com Genebra: Alemanha, Bélgica, Reino Unido, França, Itália, Países Baixos, Polónia, Suécia, Tchecoslováquia e URSS, compunham a comissão (Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d’Etude pour l’Union Européenne, 1931: 5).

A criação de uma Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola, tinha por intenção atribuir somas reembolsáveis, num prazo alargado, a sociedades de crédito hipotecário agrícola «que se dediquen por sí mismas o por medio de otras Sociedades que tengan su domicilio en el país de que se trate, a realizar préstamos com primera hipoteca sobre inmuebles dedicados a una explotación agrícola» (Anexo ao ofício n.º 30 da Secretaria Portuguesa da SDN, 1931). Assim, pretendia constituir-se e negociar por recurso ao sistema da hipoteca, obrigações sobre as sociedades nacionais, de cada Estado. Um prazo para adesão ao projecto por parte dos Estados europeus foi estabelecido – os quais membros da SDN – expirando o mesmo a 15 de Agosto de 1931 (Anexo ao ofício n.º 30 da Secretaria Portuguesa da SDN, 1931). Posteriormente, a SDN publicou o relatório da Subcomissão de Crédito Agrícola: em reunião ocorrida entre 13 e 14 Maio de 1931, onde participaram Estados-membros da SDN: a Alemanha, a Áustria, a Grã-Bretanha, a Bélgica, a Bulgária, a Dinamarca, a Espanha, a Estónia, a Finlândia, a França, a Grécia, a Hungria, o Estado Livre da Irlanda, a Itália, a Letónia, os Países Baixos, a Polónia, Portugal, a Roménia, a Suíça, a Tchecoslováquia e a Jugoslávia (Rapport de la Sous-Commission pour le Crédit Agricole, 1931: 1). O primeiro relatório do Comité Financeiro enviado ao Conselho da SDN, datado de 27 de Janeiro de 1931, indicava as possíveis medidas para a respectiva promoção de financiamentos internacionais à agricultura; todavia, o documento evidenciava o seu carácter limitado conservando-se de modo intrínseco os obstáculos sentidos na Europa Oriental na esteira dos movimento de capitais (Premier Rapport du Comité Financier au Conseil, 1931).

Já relativamente à reunião de 13 e 14 de Maio, o respectivo relatório apresentava o Projecto de Convenção, a Carta e os Estatutos inerentes à criação da Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola, assim como o relatório do Comité Financeiro ao órgão decisor, onde se destacavam os princípios e a legislação hipotecária, enfatizando-se o apoio aos agricultores e dotando-os de capacidade financeira; assim, a Sociedade deveria, similarmente, desenvolver a instrução nessa matéria: organizando sistemas hipotecários em cada país, com impacto nas legislações hipotecárias dos respectivos Estados (Rapport de la Sous-Commission pour le Crédit Agricole, 1931: 3).

No dia 1 de Outubro de 1931 a SDN publicou a «Convention pour la création d’une Société Internationale de Crédit Hypothecaire Agricole» datada de 21 de Maio do mesmo ano (Convention pour la création d’une Société Internationale de Crédit Hypothecaire Agricole, 1931). Tinha em vista a interação com as instituições relacionadas com as estruturas agrícolas nos referidos Estados que subscreveram a convenção (Carvalho, 2019: 201): Alemanha, Áustria, Bélgica, Grã-Bretanha, Irlanda do Norte, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países-Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia e Jugoslávia (Convention pour la création d’une Société Internationale de Crédit Hypothecaire Agricole, 1931: 2).

Sublinhamos, a Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola concernia, similarmente, à criação de uma reserva especial no seu âmago: os Estados signatários consentiriam à Sociedade Hipotecária o valor conjunto de 25 milhões de francos suíços, ou o seu equivalente em ouro fino, qual valor reembolsável (Convention pour la création d’une Société Internationale de Crédit Hypothecaire Agricole, 1931: 3). De resto, a convenção apenas passaria a vigorar quando as respectivas contribuições estatais somassem a referida quantia e, se a ocorrência se visse frustrada até 31 de Dezembro de 1931, ao Conselho da SDN estava reservado o papel da convocatória dos Estados contractantes para futuras negociações (Convention pour la création d’une Société Internationale de Crédit Hypothecaire Agricole, 1931: 6).

Em Portugal, António Maria Godinho aferia, à entrada dos anos 30, a carência suscitada, com especial relevo, nos países de Sul e Leste da Europa, advertindo para a relativa unidade dos europeus: enquanto estes se dividiam entre países eminentemente agrícolas e a outra parte em países industrializados, tornava-se imprescindível um novo diálogo entre as *duas Europas*, aclarando a sua lógica e referindo «que a industrialização agrícola da Europa B [a Europa de sobremaneira agrícola], só é possível por meio do crédito a longo prazo» (Godinho, 1932: 14). Godinho caracterizava o problema agrícola internacional do período Entre guerras, como aquele que requeria a manifesta atenção dos Estados: não seria o «proteccionismo agrícola intenso», com «barreiras aduaneiras quási intransponíveis», que em 1929 vexaram a Europa, as derradeiras soluções; antes, Godinho asseverava o constrangimento suscitado em torno desses entraves, e os «prémios» que alguns países criavam para as exportações aumentarem (Godinho, 1932: 15).

No que atendia à Sociedade Internacional de Crédito Hipotecário Agrícola, destacava a falta de uniformidade em matéria de legislação hipotecária entre os diferentes Estados, sublinhando que a Sociedade «nem sempre oferece as garantias necessárias para a efectivação de empréstimos com segurança» (Godinho, 1932: 100); evidenciava: «Como poderá pois a Sociedade impedir que os proprietários de bens rurais realizem sobre eles empréstimos aplicando depois os fundos obtidos em operações de carácter industrial, comercial ou até especulativo?» (Godinho, 1932: 100-101); acrescentava que no Conselho da Sociedade Hipotecária não existiam com carácter obrigatório, «(…) representantes dos agricultores interessados, delegados das grandes associações agrícolas ou dos institutos nacionais de crédito agrícola» (Godinho, 1932: 101) – algo que D’Onofrio destacou através da lógica do Instituto de Roma, que pretendia expressar as noções agrárias «in the ‘internacional civil society’» (D’Onofrio, 2017: 278) – e, que nos países onde a crise se fazia sentir de maneira intensa, a valia das propriedades decresciam, ficando o proprietário em evidente desigualdade (Godinho, 1932: 102), revestindo-se a tese do Autor luso de especial relevo neste contexto, atendendo à premissa central da sua leitura sobre a ocasião: a Organização Internacional, então entendida como um instrumento de manifesta cooperação económica e financeira entre os Estados contractantes, se por um lado equivalia à obra económica da SDN, não deixava de receber as maiores reprovações, trazendo «apenas uma solução parcial» aos problemas da época «cujos resultados […] não traz grandes vantagens para o pequeno agricultor nem tam pouco para os simples detentores da terra» (Godinho, 1932: 103), aqueles que na sua maioria constituíam a realidade do tecido social português, não se constituindo caso inédito da restante Europa do Sul e de Leste. Godinho aferia a manifesta necessidade do entendimento do conceito que já D. Luiz de Castro destacara, embora *antes* do seu tempo: a «Sociedade das Nações», na genuína acepção (Carvalho, 2019: 232), atendendo aos problemas que resvalavam na contínua divisão das *Europas* agrícola e industrial, tendia a prevalecer, na lógica deste contemporâneo da Organização, como um problema acrescido à conjuntura, sem soluções à vista, apesar do diálogo necessariamente estabelecido entre Roma e Genebra.

**5. Conclusão**

Deste modo, se o eclodir da I Guerra Mundial condicionou o trabalho do IIA, como Autores referidos anteriormente destacaram nos seus trabalhos, o impacto do aparecimento da OIT e da SDN, conduziu a um entendimento renovado sobre os problemas agrícolas que se viram transportados para Genebra, sem perder de vista o empenho e o contributo do Instituto de Roma na obra económica que significou o pós-guerra, num mundo em mutação rápida e de *paz* condicionada há muito. Repare-se, a exemplo, que a inquietação funesta que António Maria Godinho retratou na sua obra, associada à queda abrupta dos preços dos produtos agrícolas, em 1930 – que Giovanni Federico apontou como o momento do «collapse in prices» (Federico, 2012: 25) –, quando alguns artigos haviam regressado ao preçário do pré-guerra, e outros atingiam valores inferiores a esse período, evidenciando-se a centralidade de questão agrícola na necessária reconstrução económica que ocupava as Organizações Internacionais da época (Godinho, 1932: 8-9), mas mais do que isso, é elucidativo da dinâmica complexa estabelecida entre os Estados-membros do IIA e da SDN e, simultaneamente, para com estas. O trabalho em que as Instituições Internacionais se envolveram, na matéria visada e, nomeadamente, sobre a «crise mundial do trigo», resultou numa demonstração inequívoca dos esforços ininterruptos para se encontrarem soluções e caminhos esquivos a um novo conflito, o que não pretende significar que fosse esse o ensejo das potências que compunham as referidas Instituições, mas, por outro lado, o princípio destas.

**6. Fontes e Bibliografia**

**6.1. Fontes**

*Bulletin de la Société d’économie politique* [05-07-1934]. França: [https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56568095/f1.image.r=crise%20mondiale%20du%20bl%C3%A9?rk=193134;0#](https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56568095/f1.image.r=crise%20mondiale%20du%20bl%C3%A9?rk=193134;0)

Câmara, António Pereira de Sousa da (1949). *A Dissolução do Instituto Internacional de Agricultura de Roma e o Enquadramento das suas Actividades na FAO, Separata da Revista Agronómica*. Lisboa, Imprensa Lucas & C.ª.

Castro, D. Luiz de (1910). *O Instituto Internacional de Agricultura (Roma). Conferência proferida na Sociedade de Sciencias Agronomicas de Portugal em 30 de Abril de 1910*, Lisboa: Separata da Revista Agronómica.

*Comunicado ao Conselho e aos Membros da S.D.N.* (7 de Março de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E29/P01/

*Comunicado ao Conselho e aos Membros da Sociedade das Nações, Résolution adoptées à la troisième session de la Commission d’Etude pour l’Union Européenne* *15 au 21 mai 1931* (22 de Maio de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E07 /P01/85108

*Convention pour la création d’une Société Internationale de Crédit Hypothecaire Agricole* (21 de Maio de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E07 /P01/85108

*Diário do Governo*, 1º Semestre, 1921: <https://idi.mne.gov.pt/images/pdf/primeira-guerra/TVersailes.pdf>

*Diário de Notícias* [s. d.]. Lisboa: IDI/MNE S01/E29/P01/84695.

GODINHO, António Maria (1932). *A Sociedade das Nações e o Crédito Agrícola Internacional*. Lisboa: Livraria Moraes.

International Institute of Agriculture(June 7 of 1905). *Convention*.

*La Vie du Parti – Supplément du «Populaire»* [29-08-1935]. [s. l.]: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k8220346/f1.image.r=crise%20mondiale%20du%20bl%C3%A9?rk=686698;4>

*L’Agriculteur – Organe de l’Union des Syndicats Agricoles et de la Confédération Générale des Agriculteurs* [11-02-1933]. [s. l.]: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k71341499/f1.image.r=crise%20mondiale%20du%20bl%C3%A9?rk=42918;4>

*Ofício de Augusto Vasconcelos* (20-03-1937). Genebra: IDI/MNE S01/E07 /P01/85108

SDN (16 de Maio de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E29/P01/84695.

*Premier Rapport du Comité Financier au Conseil* (1931). Genebra: IDI/MNE Cota: S01/E29/P01/84695

*Processo Verbal 50.ª Sessão* (22 de Maio de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E29/P01/84695

*Rapport du Comité Consultatif Économique sur da Première Session ténue à Genève du 14 au 19 mai 1928* (1928). Genebra: IDI/MNE S01/E07 /P01/85108

*Rapport de la Sous-Commission pour le Crédit Agricole* (15 de Maio de 1931). Genebra: IDI/MNE S01/E29/P01/84695

*Résolution adoptée par la Conférence Préparatoire de la 2ème Conférence mondiale du Blé* (17 de Abril de 1931). Genebra: Item C-E-U-E-C-A-2\_FR - <https://archives.ungeneva.org/0000765237-d0012>

Recorte de jornal espanhol intitulado «El crédito hipotecário agrícola. Constitucion de una Sociedad Internacional». Anexo ao ofício n.º 30 da Secretaria Portuguesa da S.D.N. (21 de Maio de 1931). Lisboa: IDI/MNE S01/E29/P01/84695

**6.2. Bibliografia**

Branco, Teresa Gomes (2013). *A participação portuguesa na Sociedade das Nações (1920-1939): representantes nacionais e funcionários internacionais*. Évora: Departamento de Economia.

Carvalho, Soraia Milene Marques (2019). *A Sociedade das Nações: Europa, Portugal e Agricultura*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

D’Onofrio, Federico (2017). *Agricultural numbers: the statistics of the International Institute of Agriculture in the Interwar period*. Agricultural History Review, (65), 277-296.

Federico, Giovanni (2005). *Not guilty? Agriculture in the 1920s and the Great Depression*. Working Paper Series, (05-02), 2-33.

Federico, Giovanni (2009). *Feeding the world: an economic history of agriculture, 1800–2000*, EUA: Princeton University Press.

Federico, Giovanni (2012). Natura Non Fecit Saltus: The 1930s as the Discontinuity in the History of European Agriculture. In Brassley, Paul, Segers, Yves & Molle, Van Leen (Eds.). (2012). *War, Agriculture, and Food: Rural Europe from the 1930s to the 1950s* (pp. 15-32). Nova Iorque: Routledge.

Federico, Giovanni, «The Growth of World Agricultural Production, 1800-1938», Research in Economic History, Março 2015, pp. 125-181.

Galbraith, John Kenneth (1972). *Crise Económica de 1929: anatomia de uma catástrofe financeira*, [s. l.]: Publicações Dom Quixote.

Léon, Pierre (Eds.). (1982). *História Económica e Social do Mundo – A Dominação do Capitalismo 1840-1914*, Lisboa: Sá da Costa Editora.

Meneses, Filipe Ribeiro de (2009). A paz e o tratado de Versalhes. En Maria Fernanda Rollo; Fernando Rosas (Eds.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 397-406).

Meneses, Filipe Ribeiro de (2015). *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Milza, Pierre (2007). *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Lisboa: Edições 70.

Miranda, Sacuntala de [s. d.]. *Portugal: O círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, Lisboa: Editorial Teorema.

Nunes, Teresa (2011). *O ideário republicano de Ezequiel de Campos 1900-1919*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Nunes, Teresa (2019). *Na Senda da Paz: Portugal, Europa e Multilateralismo*. IDN Cadernos, (34), 127-146.

Offer, Avner (1989). *The First World War – An Agrarian Interpretation*, Oxford: Clarendon Press.

Pacheco, Cristina (1999). *Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Pacheco, Cristina (2004). *Portugal e o Memorandum Briand: análise da proposta de uma federação europeia no contexto da Sociedade das Nações 1929-1932*. Revista Clio, (11), 189-212.